



FUNDADA EM 1882

RELATÓRIO E CONTAS

2019



ASSEMBLEIA GERAL

Carlos Manuel Ribeiro Soares Braga
Presidente

Carlos António Martins Gonçalves Camelo
Vice-Presidente

Carla Maria Monteiro Soares Alvim Braga
Secretária

Joana Inês Neves Fraga
Suplente

Ana Cristina Luz Lemos Almeida
Suplente

MESA ADMINISTRATIVA

Álvaro José da Costa Fraga Pereira
Provedor

Manuel Alves
Vice-Provedor

José António Vieira Bastos Cardoso
Tesoureiro

Sofia Neves de Queiroz Neves
Secretário

Felipe Joaquim Neves de Barros
Vogal

Constança Mariana Delgado Baldaia
Suplente

DEFINITÓRIO

Aniceto Vieira Martins
Presidente

Pedro Nuno de Lima Ferreira
Vice-Presidente

Maria da Saudade Alves Casinhas Mourão Neves
Vogal

Eduardo Manuel da Cunha Pinto
Suplente

Cátia Sofia Rocha Teixeira
Suplente



Caros Associados presentes à Assembleia-Geral Ordinária de 10 de Março 2020:

Dando cumprimento legal ao preceituado no nº 2 da alínea b) do artigo nº 17 dos Estatutos da Associação do Hospital de Crianças Maria Pia, a Mesa Administrativa vem pelo presente Relatório e Contas submeter à Assembleia-Geral a Apreciação e Votação das Contas da Associação referente ao exercício findo em 31 de Dezembro 2019, bem como fazer acompanhar a este Relatório e Contas o devido Parecer do Definitório.

A Mesa Administrativa



Excluída, foi a forma a que foi votada a Associação, de exercer até os mandos estatutários e os desígnios para que foi fundada.

Da alegria pela devolução do nosso Hospital por parte do Estado, contrapôs-se a muita tristeza pela forma absolutamente discriminada como foi perpetrada que, «a solidariedade sem subsidiariedade induz ao assistencialismo que humilha o sujeito pobre e excluído».

A esperança da continuidade foi-se obtendo pela dinâmica imprimida, assente na sustentabilidade económica das apropriadas atitudes empreendidas, com realce no investimento da reabilitação do património imobiliário com recurso a capitais próprios, gerando rendimento sustentável e activos importantes como as Contas o demonstram.

Se essa estratégia alicerçou a continuidade da nossa Associação, a Demanda contra o Estado e Centro Hospitalar do Porto continua com uma lentidão exasperante, facto que obrigou a Associação a encarar formas de rendibilidade dos edifícios hospitalares e a adiar o retorno à actividade hospitalar.

A Missão de perpetuar a Associação começou a ser a nossa tarefa primeira que «a paciência na crença de que a perfeita ordem universal vencerá a desordem».

Se os exercícios recentes foram marcados, comprovadamente, por uma viragem segura na História da nossa Associação, alicerçada na criação de rendimentos que fizeram face à quebra de receita proveniente do arrendamento dos edifícios hospitalares ao Estado, o exercício relativo ao ano 2019 representa a consolidação desse esforço gizado a partir de 2013.

As Mensagens do Provedor assentaram sempre nos princípios de responsabilidade e no Espírito de Servir, com independência total relativamente aos poderes instalados, como sempre foi e será.

Esperam-nos as novas formas da economia social e os seus modelos de negócio que a mudança vem sempre acontecendo com a rapidez das tempestades e, como tal, deixando um rasto de enorme destruição nos créditos acumulados das instituições.

Acabámos de completar 138 anos de existência e de actividade em prol da saúde, das crianças e suas famílias, com a responsabilidade de deixar um legado que se perpetue e, por isso, foram empreendidos novos primeiros passos no âmbito da saúde, com a criação do Consultório Médico Social que entrará em funcionamento durante este mês de Março.

Outros eventos desenhados no Programa de Acção, como o Gabinete de Apoio Jurídico, terão a sua efectivação, de forma a, paulatinamente, darmos corpo a preocupações de âmbito social emergentes, assim nos permita o desafogo financeiro.

Assim sendo, a exaltação dos vencedores prefigura a glória eterna de todos os vencedores.

O Provedor

ANÁLISE ÀS CONTAS | SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise das contas finais de 2019 revelou que o exercício económico de 2019, se caracterizou pelo equilíbrio económico e financeiro sob todos os aspectos analisados, apresentando um Resultado Líquido positivo de 4.657,52 euros e as suas contas patrimoniais evoluíram também no mesmo sentido positivo, esperando-se que no próximo exercício se mantenha a tendência de equilíbrio iniciada em 2018, de forma a permitir o envolvimento sério da Associação num programa da economia social, através da abertura de um Consultório Médico Social que será implementado no mês de Março 2020.

Ao nível dos fluxos de caixa, a Associação em 2019 obteve uma boa performance, através de um aumento significativo das disponibilidades, 45.540,61 euros e simultaneamente uma redução do passivo de 21.533,99 euros.

A actividade operacional gerou um Cash Flow de valor 80.527,08 euros que concorreu para o bom desempenho, permitindo ainda investir na manutenção do seu património, 5.649,79 euros e investir na elaboração do livro da história da Associação, 10.000 euros.

Em 2019 foi possível gerir a Associação com algum desafogo sempre mantendo a sua sustentabilidade financeira.

	2019	2018
Resultado antes depreciações, financeiros e impostos	80 080,91	61 336,76
Resultado Líquido Exercício	4 657,52	-10 089,53

Analisando o Balanço, o Activo não Corrente no valor de 2.270.531,70 euros, evidencia um património sólido, composto essencialmente por Edifícios e respectivos equipamentos, contabilizados em Activos Fixos Tangíveis, de grande valor patrimonial, objecto nos últimos anos de uma necessária reabilitação, valorizados na contabilidade a custo histórico por 5.262.718,77 euros, acumulando depreciações de 3.096.741,11 euros.

O Activo Corrente é composto fundamentalmente pelas reservas financeiras que em 31/12/2019 se cifravam em 236.237,71 euros e por Créditos a receber no montante de 17.915,02 euros, valores patrimoniais estes que dão solidez à Associação.

	2019	2018
Activo		
Não corrente	2 270 531,70	2 330 398,00
Corrente	262 828,12	220 549,33
Total	2 533 359,82	2 550 947,33

Os Fundos Patrimoniais em 2019 ascendem a um valor muito significativo, 2.487.533,51 euros, representam 98,16 % do total do Activo e expressam a independência da Associação perante terceiros.

O Resultado Líquido obtido é positivo, 4.657,52 euros, atingindo-se neste exercício o equilíbrio económico necessário.

O Passivo Corrente neste exercício sofreu uma diminuição de 22.245,03 euros, em relação ao exercício anterior, fixando-se em 45. 826,31 euros.

A rubrica de Fornecedores em 2019 não evidenciou uma diminuição, atingindo 6.777,34 euros, já os Diferimentos contabilizados no valor de 12.500,00 euros referem-se a rendimentos a reconhecer no exercício de 2020 não sendo considerados Passivos Financeiros.

Onde se verificou uma significativa diminuição foi no saldo da conta Outros Passivos Correntes, que em 31 de Dezembro 2019 tem o valor de 22.796,80 euros, devendo-se esta diminuição à liquidação de uma factura de 24.350,55 euros à Francfil com quem a Associação teve um litígio, e sendo o restante saldo, Passivos Correntes.

	2019	2018
Passivo		
Passivo Corrente		
Fornecedores	6 777,34	5 703,88
Estado	3 752,17	2 484,26
Diferimentos	12 500,00	13 735,85
Outros Passivos Correntes	22 796,80	46 147,35
Total	45 826,31	68 071,34

Finalmente impõe-se uma análise à execução da conta de Resultados de 2019, tendo por comparação a previsão apresentada no Programa de Acção e Orçamento para 2019 e uma análise aos Resultados de 2019 por Centros de Custo Analíticos.

ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL DE CRIANÇAS MARIA PIA
RELATÓRIO E CONTAS 2019

	Execução 2018	Orçamento 2019	Execução 2019	Desvio
72 Prestações de Serviços	140 563,76	145 230,00	149 336,95	4 106,95
Quotas dos Associados	4 316,50	3 480,00	596,00	-2 884,00
Residências	136 240,19	141 750,00	148 740,95	6 990,95
Consultório Médico Social				
Serviços secundários	7,07			
Subsídios, doações e legados à exploração	320,00			
62 Fornecimentos e Serviços Externos	83 277,93	78 798,00	103 949,13	25 151,13
Subcontratos	25,20	0,00	16,26	16,26
Serviços especializados	21 402,45	13 067,00	42 389,08	29 322,08
Trabalhos especializados	18 292,19		34 094,39	
Honorários				
Conservação e Reparação	2 549,45		7 709,84	
Serviços bancários	532,56		584,85	
Outros	28,25			
Materiais	2 207,38	2 292,00	3 796,38	1 504,38
Ferramentas			29,91	
Livros e documentação técnica	3,25			
Material de escritório	974,89		1 477,96	
Outros materiais	1 229,24		2 288,51	
Energia e Fluidos	22 545,52	32 417,00	22 763,90	-9 653,10
Electricidade	12 400,81		12 269,83	
Água	6 209,49		7 085,19	
Gás	3 935,22		3 408,88	
Deslocações e estadas			13,43	13,43
Serviços diversos	37 097,38	31 022,00	34 970,08	3 948,08
Rendas e Alugueres	1 113,09		1 484,12	
Comunicação	5 266,23		5 371,84	
Seguros	6 850,02		3 014,79	
Contencioso e Notariado	5 093,57		1 609,44	
Despesas de representação	12 203,54		16 622,39	
Limpeza, Higiene e Conforto	1 963,42		2 459,25	
Outros serviços	4 607,51		4 408,25	
63 Gastos Pessoal	108 739,24	109 695,00	110 253,81	558,81
Remunerações	84 440,62	84 069,00	85 048,06	979,06
Vencimentos anuais	67 186,15		68 106,87	
Subsídio férias / Natal	11 200,00		11 600,00	
Subsídio alimentação	5444,29		5 341,19	
Trabalho suplementar	610,18			
Benefícios pós-emprego	6 623,68	6 624,00	6 623,68	-0,32
Encargos sobre remunerações	17 674,94	17 483,00	17 826,54	343,54
Seguro acidentes no trabalho		1 019,00	755,53	-263,47
Outros gastos		500,00		-500,00
66/77 Redução de Justo Valor			4 337,10	4 337,10
78 Outros Rendimentos	112 646,46	150 000,00	150 467,54	467,54
Rendimentos suplementares	77,00			
787 Rendas em propriedades	112 500,00	150 000,00	150 000,00	
Correções relativas aos Exercícios Anteriores	69,46		55,35	
Outros			412,19	
Juros e Dividendos	924,27		406,73	406,73
68 Outros Gastos	176,29	60,00	1 183,54	1 123,54
Realização com fins estatutários		25 000,00		-25 000,00
Resultado antes Depr. Gastos de Financi/ e Impostos	62 261,03	81 677,00	80 487,64	-1 189,36
Gastos/reversões de depreciação e amortização	72 388,84	71 967,00	75 869,56	3 902,56
Resultado Operacional	-10 127,81	9 710,00	4 618,08	-5 091,92
Juros e Rendimentos similares obtidos	38,28	2 000,00	39,44	-1 960,56
Resultado antes de Impostos	-10 089,53	11 710,00	4 657,52	-7 052,48
Resultado Líquido do período	-10 089,53	11 710,00	4 657,52	-7 052,48

ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL DE CRIANÇAS MARIA PIA
RELATÓRIO E CONTAS 2019
ANALÍTICA 2019

	TOTAL	Associação	Casa Ramiro Leão	Casa Albino Baptista	Casa Sílvio Cervan	Consultório Médico Social
72 Prestações de Serviços	149 336,95	596,00	41 004,62	43 420,78	64 315,55	0,00
Quotas dos Associados	596,00	596,00				
Residências	148 740,95		41 004,62	43 420,78	64 315,55	
Consultório Médico Social	0,00					
Subsídios, doações e legados à exploração						
62 Fornecimentos e Serviços Externos	103 949,13	74 393,50	8 036,40	9 026,06	12 493,17	0,00
<i>Subcontratos</i>	0,00					
<i>Serviços especializados</i>	42 387,73	39 999,00	425,73	1 175,16	787,84	0,00
Trabalhos especializados	34 094,39	34 094,39				
Honorários						
Conservação e Reparação	7 709,84	5 321,11	425,73	1 175,16	787,84	
Serviços bancários	583,50	583,50				
Outros						
<i>Materiais</i>	2 581,48	2 554,67	0,00	0,00	26,81	0,00
Ferramentas	56,72	29,91			26,81	
Livros e documentação técnica						
Material de escritório	1 477,96	1 477,96				
Outros materiais	1 046,80	1 046,80				
<i>Energia e Fluidos</i>	22 763,90	1 009,27	5 673,38	5 434,67	10 646,58	0,00
Eletricidade	12 269,83	631,67	3 983,10	1 398,11	6 256,95	
Água	7 085,19	377,60	1 690,28	1 778,08	3 239,23	
Gás	3 408,88			2 258,48	1 150,40	
<i>Deslocações e estadas</i>	13,43	13,43				
<i>Serviços diversos</i>	36 202,59	30 817,13	1 937,29	2 416,23	1 031,94	0,00
Rendas e Alugueres	1 484,12	1 484,12				
Comunicação	5 371,84	4 304,34	376,24	691,26		
Seguros	3 014,79	1 421,90	629,23	744,20	219,46	
Contencioso e Notariado	1 609,44	1 609,44				
Despesas de representação	16 622,39	16 622,39				
Limpeza, Higiene e Conforto	2 459,25	965,34	471,97	544,58	477,36	
Outros serviços	5 640,76	4 409,60	459,85	436,19	335,12	
63 Gastos Pessoal	110 253,81	57 464,62	16 169,46	14 508,22	22 111,51	0,00
Vencimentos anuais	85 048,06	41 724,58	11 906,73	11 906,73	19 510,02	0,00
Benefícios pós-emprego	6 623,68	6 623,68				0,00
Encargos sobre remunerações	17 826,54	8 745,70	4 089,41	2 495,72	2 495,72	0,00
Seguro acidentes no trabalho	755,53	370,66	173,32	105,77	105,77	0,00
78 Outros Rendimentos	150 467,54	150 467,54	0,00	0,00	0,00	0,00
787 Rendas em propriedades	150 000,00	150 000,00				
Correções relativas a Exercícios Anteriores	55,35	55,35				
Outros	412,19	412,19				
Juros e Dividendos	406,73	406,73				
Redução de Justo Valor	4 337,10	4 337,10				
68 Outros Gastos	1 183,54	599,54		584,00		0,00
Conservação e Outros	1 183,54	599,54		584,00		
Resultado antes Depr. Gastos de Financi/ e Impostos	80 487,64	14 675,51	16 798,76	19 302,50	29 710,87	0,00
Gastos/reversões de depreciação e amortização	75 869,56	29 764,13	9 633,09	5 724,60	30 747,74	
Resultado Operacional	4 618,08	-15 088,62	7 165,67	13 577,90	-1 036,87	0,00
Juros e Rendimentos similares obtidos	39,44	39,44				
Resultado antes de Impostos	4 657,52	-15 049,18	7 165,67	13 577,90	-1 036,87	0,00
Resultado Líquido do período	4 657,52	-15 049,18	7 165,67	13 577,90	-1 036,87	0,00

Deixam-se as Contas para apreciação e votação da Assembleia-Geral.

Na conclusão deste Relatório e Contas 2019, pretendemos deixar uma mensagem de agradecimento aos membros da Mesa da Assembleia-Geral e do Definitório, pela sua competência e colaboração e a todos os colaboradores pelo empenho, dedicação e colaboração.

Porto e AHCMP, 18 de Fevereiro 2020

A Mesa Administrativa

BALANÇO

BALANÇO EM 31.12.2019

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	2.259.377,61	2.329.597,38
Activos intangíveis	5	10.000,00	
Investimentos financeiros	9.1	1.154,09	800,62
Total activo não corrente		2.270.531,70	2.330.398,00
Activo corrente			
Créditos a receber	9.2	17.915,02	17.747,02
Estado e outros entes públicos	9.8		1.330,13
Diferimentos	9.4	1.000,00	197,84
Outros activos correntes	9.3	7.675,39	10.577,24
Caixa e depósitos bancários	9.5	236.237,71	190.697,10
Total activo corrente		262.828,12	220.549,33
Total ATIVO		2.533.359,82	2.550.947,33
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		2.207.167,92	2.207.167,92
Reservas		6.832,66	6.832,66
Resultados transitados		268.875,41	278.964,94
	9.6	2.482.875,99	2.492.965,52
Resultado líquido do período		4.657,52	(10.089,53)
Total fundos patrimoniais		2.487.533,51	2.482.875,99
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	9.7	6.777,34	5.703,88
Estado e outros entes públicos	9.8	3.752,17	2.484,26
Diferimentos	9.4	12.500,00	13.735,85
Outros passivos correntes	9.9	22.796,80	46.147,35
Total passivo corrente		45.826,31	68.071,34
Total do Passivo		45.826,31	68.071,34
Total dos fundos patrimoniais e do Passivo		2.533.359,82	2.550.947,33

A Mesa Administrativa

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2019

	Notas	2019	2018	
Vendas e serviços prestados	6	+	149.336,95	140.563,76
Subsídios, doações e legados à exploração		+		320,00
Fornecimentos e serviços externos	9.10	-	103.949,13	83.277,93
Gastos com pessoal	7	-	110.253,81	108.739,24
Aumentos/Reduções de justo valor	9.13	-	4.337,10	
Outros rendimentos	9.11	+	150.467,54	112.646,46
Outros gastos	9.12	-	1.183,54	176,29
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			80.080,91	61.336,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-	75.869,56	72.388,84
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			4.211,35	(11.052,08)
Juros e rendimentos similares obtidos		+	446,17	962,55
Resultado líquido do período			4.657,52	(10.089,53)

A Mesa Administrativa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31.12.2019

RUBRICAS	NOTAS	Períodos		
		2019	2018	
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes e utentes	+	6	149.168,95	129.197,76
Pagamentos a fornecedores	-	9.10	104.861,37	93.345,36
Pagamentos ao pessoal	-	7	109.713,50	108.834,13
Caixa gerada pelas operações	+/-		(65.405,92)	(72.981,73)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	9.11	141.935,95	129.421,42
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	+/-		76.530,03	56.439,69
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	-	4	31.524,73	2.030,99
Recebimentos provenientes de:				
Juros e rendimentos similares	+		535,31	865,84
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	+/-		(30.989,42)	(1.165,15)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)				
			45.540,61	55.274,54
Efeito das diferenças de câmbio	+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-		190.697,10	135.422,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	9.5	236.237,71	190.697,10

A Mesa Administrativa

RELATÓRIO E CONTAS

2019

ANEXO

Contas elaboradas pelo Contabilista Certificado
Paulo Filipe Matias Gomes Morais
Inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados
sob o nº 92739

1 Identificação da Entidade

A Associação do Hospital de Crianças Maria Pia, fundada em 1882, com sede na Rua da Boavista, 863, na cidade do Porto, é dotada do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, registada a título definitivo na Direcção-Geral da Segurança Social com efeitos a partir de 9 de Junho 1991, no Livro nº4 das Instituições com Fins de Saúde, sob o nº 4/93, tendo adquirido automaticamente a natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública em conformidade com o disposto no artigo 8º do Decreto-Lei nº172-A/2014 de 14 de Novembro, tem por objecto dar expressão ao dever moral de justiça e solidariedade e, para a concretização do seu fim, pode conceder bens e desenvolver actividades de intervenção social designadamente nas áreas da saúde, social, cultura e económica, sendo na sua Natureza Jurídica, uma Associação de Direito Privado cujo Certificado de Admissibilidade teve a pertença do nº 201 801 94 89 em 19 de Fevereiro 2018, inscrita no Registo Central do Beneficiário Efectivo em 29 de Novembro 2019, com CAE Principal 88990 e CAEs Secundários 55900, 55201, 55204 e 86210.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pela normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, que faz parte integrante do Sistema de Normalização contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Instituição, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística “SNC”, antes referidas, em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respectivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspectos particulares das transacções realizadas e dos fluxos ou das situações que a Instituição se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Instituição e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 15 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respectivos montantes em euros.

Não foram derogadas disposições do SNC.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do sector não lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respectivas contas das rubricas “devedores e credores por acréscimos” e “diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5
Outros activos fixos tangíveis	3

A entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na demonstração dos resultados nas rubricas “outros rendimentos” ou “outros gastos”.

3.2.2 Inventários

Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os inventários que a entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “instrumentos financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e utentes e outras contas a receber

Os clientes e utentes e as outras contas a receber encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no balanço das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retractar o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no balanço como activo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de balanço, são exibidas como activos não correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os activos e passivos financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “fornecedores” e “outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “fundos patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do código do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC):

- a) as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) as pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director-geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusivé, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos, ou seja, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2019					TOTAL
	Outros ativos fixos tangíveis					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. admin.	Invest. em curso	
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:						
Saldo em 31.12.2018	558.653,64	4.275.479,35	265.823,63	157.112,36	93.399,95	5.350.468,93
Adições			2.028,76	3.621,03		5.649,79
Alienações						
Retiradas						
Transferências						
Saldo em 31.12.2019	558.653,64	4.275.479,35	267.852,39	160.733,39	93.399,95	5.356.118,72
DEPRECIACÕES ACUMULADAS						
Saldo em 31.12.2018		2.614.115,42	254.915,36	151.840,77		3.020.871,55
Adições		70.157,93	3.156,18	2.555,45		75.869,56
Alienações						
Saldo em 31.12.2019		2.684.273,35	258.071,54	154.396,22		3.096.741,11
QUANTIA ESCRITURADA	558.653,64	1.591.206,00	9.780,85	6.337,17	93.399,95	2.259.377,61

5 Activos Intangíveis

	2018		TOTAL
	Bens do domínio publico	Propriedade Industrial	
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:			
Saldo em 31.12.2018			
Adições			10.000,00 €
Saldo em 31.12.2019			10.000,00 €
DEPRECIACÕES ACUMULADAS			
Saldo em 31.12.2018			
Adições			
Saldo em 31.12.2019			
QUANTIA ESCRITURADA			10.000,00€

- A verba de 10.000 EUR refere-se a direitos de autor do livro “Hospital de Crianças Maria Pia”

6 Rédito

O volume de negócios ascende a € 149 336,95, o que representa um aumento de 6,24% face ao período homólogo do ano anterior.

Tomando por referência o ano transacto, o volume de negócios já foi ultrapassado em € 8 773,19.

Período	Período Actual	Período Ant. Homólogo	Ano Anterior	Var. VN	Diferença
Volume de Negócios	149 336,95	140 563,76	140 563,76	6,24%	8773,19

Descrição	2019	2018
Quotas dos Associados	596,00	2.186,00
Mensalidades Alojamentos Locais e Residência Universitária	148.740,95	138.377,76
Total	149.336,95	140.563,76

7 Benefícios dos empregados

Os órgãos directivos não usufruem remuneração;

O número médio de pessoas ao serviço da instituição em 2019 foi 6, igualmente em 2018.

Os gastos que a entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	2019	2018
Pessoal		
Remunerações	85.048,06	84.440,62
Benefícios pós-emprego	6.623,68	6.623,68
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sociais	17.826,54	17.674,94
Seguro acidentes trabalho	755,53	0,00
Outros gastos	0,00	0,00
TOTAL	110.253,81	108.739,24

8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

9 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.1 Investimentos Financeiros

Descrição	2019	2018
Investimentos noutras empresas		
Outros investimentos financeiros – Fundo de Compensação	1.154,09	800,62
Perdas por Imparidade Acumuladas		
Total	1.154,09	800,62

9.2 Créditos a receber

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	12.500,00	12.500,00
Utentes	5.415,02	5.247,02
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes		
Utentes		
Total	17.915,02	17.747,02

- Nos períodos de 2019 e 2018 não foram registadas “Perdas por Imparidade”.

9.3 Outros activos correntes

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Outros instrumentos financeiros – Activos Financeiros	6.143,43	10.480,53
Fornecedores de Investimentos	1.524,39	
Devedores por acréscimos de rendimentos	7,57	96,71
Total	7.675,39	10.577,24

9.4 Diferimentos

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Gastos a reconhecer		
Seguros		197,84
Taxa Entidade Reguladora da Saúde	1.000,00	
Total	1.000,00	197,84
Rendimentos a reconhecer		
Mensalidades Alojamento Local e Residência Universitária		1.235,85
Renda Edifício	12.500,00	12.500,00
Total	12.500,00	13.735,85

9.5 Caixa e Depósitos Bancários

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Caixa	356,63	215,08
Depósitos à ordem	80.881,08	45.482,02
Depósitos a prazo	155.000,00	145.000,00
Total	236.237,71	190.697,10

9.6 Fundos Patrimoniais

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundo social	2.207.167,92			2.207.167,92
Excedentes técnicos				
Reservas	6.832,66			6.832,66
Resultados transitados	278.964,94		10.089,53	278.964,94
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Resultado líquido do período	-10.089,53	4.657,52	-10.089,53	4.657,52
Total	2.482.875,99	4.657,62	0,00	2.487.533,51

9.7 Fornecedores

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores c/c	6.777,34	5.703,88
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		
Total	6.777,34	5.703,88

9.8 Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Activo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		1.330,13
Total	0,00	1.330,13
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	388,13	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.349,00	556,00
Segurança Social	1.933,92	1.867,26
Outros Impostos e Taxas	81,12	61,00
Total	3.752,17	2.484,26

9.9 Outros passivos correntes

Descrição	31.12.2019		31.12.2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos				24.350,55
Credores por acréscimo de gastos		14.186,80		14.186,80
Cauções – residências para estudantes		8.610,00		7.610,00
Total		22.796,80		46.147,35

9.10 Fornecimentos e serviços externos

Descrição	2019	2018
Subcontratos	16,26	25,20
Serviços especializados	42.389,08	21.402,45
Materiais	3.796,38	2.207,38
Energia e fluidos	22.763,90	22.545,52
Deslocações, estadas e transportes	13,43	
Serviços diversos	34970,08	37.097,38
Total	103.949,13	83.277,93

9.11 Outros rendimentos

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares		77,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros - rendas	150.000,00	112.500,00
Correcções relativas a períodos anteriores	55,35	
Outros rendimentos e ganhos	412,19	69,46
Total	150.467,54	112.646,46

9.12 Outros gastos

Descrição	2019	2018
Correcções relativas a períodos anteriores	684,00	
Quotizações	308,00	176,00
Outros gastos	191,54	0,29
Total	1.183,54	176,29

9.13 Outras aplicações financeiras

A rubrica de “Outras aplicações financeiras” refere-se, essencialmente, a instrumentos financeiros cuja intenção da Instituição é de detenção por um período superior a um ano. O impacto da valorização ao justo valor destes instrumentos encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados “Aumentos/ (Reduções) de justo valor”. Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica analisa-se como segue:

	2019	2018
Ações cotadas	6.037,42	10.402,72
Títulos de dívida pública	106,01	77,81
TOTAL	6.143,43	10.480,53

9.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2019

Contas elaboradas pelo Contabilista Certificado | Paulo Filipe Matias Gomes Morais

Inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados sob o nº 92739

**RELATÓRIO
E
CONTAS**

2019

**PARECER DO
DEFINITÓRIO**



Nos termos da alínea d) do artigo 25 dos estatutos da “Associação do Hospital de Crianças Maria Pia”, vimos apresentar o parecer sobre o relatório e contas, referentes ao exercício de 2019, elaborados pela Mesa Administrativa.

O resultado líquido do período cifrou-se num valor positivo de 4.657,52 euros, para o qual contribuíram os valores mais significativos das seguintes rubricas:

Dos rendimentos

- “Residências” com 148.740,95 euros;
- “Rendas em propriedades” com 150.000,00 euros.

Dos gastos

- “Fornecimentos e serviços externos” com 103.949,13 euros,
- “Gastos com pessoal” com 110.253,81 euros,
- “Gastos de depreciação” com 75.869,56 euros.

Nos proveitos, as “Residências” tiveram um acréscimo de 9,2% e as “Rendas em propriedades” um aumento de cerca de 33%, esta última, devido ao facto de se terem recebido 12 meses do ano de 2019 (as rendas recebidas, em 2018, corresponderam a 9 meses).

Nos gastos, os “Fornecimentos e serviços externos” tiveram um incremento de 24,82% onde se destaca a subrubrica de “Trabalhos especializados” que passaram de 18.292,19 euros (em 2018) para 34.094,39 euros (em 2019).

Tendo o Definitório feito as análises adequadas e obtido os esclarecimentos necessários, é de parecer que o relatório e as contas apresentadas pela Mesa Administrativa, relativas ao exercício de 2019, refletem adequada e apropriadamente, nos aspetos mais relevantes, a situação financeira da “Associação do Hospital de Crianças Maria Pia”, pelo que propõe à Assembleia Geral que sejam aprovados.

O Definitório expressa ainda o seu agradecimento à Mesa Administrativa e aos Serviços da Associação pela colaboração prestada.

Porto, 24 de fevereiro de 2020